



VULC
B3 LISTED NM



VULCABRAS S.A.

C.N.P.J./M.F. 50.926.955/0001-42 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Apresentamos os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparando com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da Vulcabras S.A. em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e nº 11.638/07), Lei nº 11.941/09 e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos acionistas na sede e site da Companhia. Jundiaí - SP, 07 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado		Controladora		Passivo	Consolidado		Controladora		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	361.020	197.197	1.023	35.161	16	83.779	104.925	2.631	368
Aplicações financeiras	5	3	4	3	4	17	234.497	283.638	-	-
Contas a receber de clientes	6	830.672	769.457	-	-	18	8.433	8.509	-	-
Estoques	7	583.534	567.831	-	-	-	39.332	19.670	195	330
Impostos a recuperar	8	119.435	18.685	648	582	-	56.070	56.139	21	13
Imposto de renda e contribuição social	9a	26.786	13.859	992	1.331	19	2.739	3.102	382	397
Outras contas a receber relacionadas	11b	-	-	255.742	-	-	28.239	19.538	-	-
Outras contas a receber e outros créditos	-	39.177	26.074	4.142	6.141	-	15	20.734	15	20.734
Total do ativo circulante	-	1.960.627	1.593.107	262.550	43.219	-	58.576	53.716	225	1.191
Aplicações financeiras	5	13.446	8.942	2	-	-	511.680	569.971	3.469	23.033
Contas a receber de clientes	6	3.873	5.153	-	-	17	203.253	133.410	-	-
Impostos a recuperar	8	59.236	193.504	1.920	1.831	11	-	18.448	-	109.889
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	1.286	13.591	-	301	18	6.862	12.059	-	-
Depósitos judiciais	10	27.847	22.419	250	408	19	53.147	54.274	399	591
Bens destinados à venda	-	194	194	-	-	9b	2.071	17.079	-	301
Outras contas a receber	-	2.090	1.934	1.012	973	-	2.844	3.681	-	-
Realizável a longo prazo	-	107.972	245.737	3.184	3.514	-	268.177	238.951	399	110.781
Investimentos	12a	62.883	75.662	1.733.010	1.798.458	-	-	-	-	-
Propriedade para investimento	-	2	4	-	-	20a	1.108.354	1.106.717	1.108.354	1.106.717
Direito de uso	18	12.903	18.119	-	-	20b	(4.102)	(1.472)	(4.102)	(1.472)
Imobilizado	13	422.650	379.031	-	-	20c	4.020	4.175	4.020	4.175
Intangível	14	208.116	209.096	111	111	20d	23.965	25.974	23.965	25.974
		706.554	681.912	1.733.121	1.798.569	20e	862.750	576.094	862.750	576.094
Total do ativo não circulante	-	814.526	927.649	1.736.305	1.802.083	-	1.994.987	1.711.488	1.994.987	1.711.488
		2.775.153	2.520.756	1.998.855	1.845.302	-	309	346	-	-
Total do ativo	-	2.775.153	2.520.756	1.998.855	1.845.302	-	1.995.296	1.711.834	1.994.987	1.711.488
						-	779.857	808.922	3.868	133.814
						-	2.775.153	2.520.756	1.998.855	1.845.302

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2022	Consolidado		Controladora		Reserva de lucros	Lucros acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido			
	Reservas de capital		Outros resultados abrangentes						Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária
	Capital social	Reservas de capital (stock option) e ações em tesouraria	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Ajuste de avaliação patrimonial							
	1.106.717	4.731	4.410	22.744	15.692	201.927	1.356.221	341	1.356.562		
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	(235)	-	-	-	235	-	-		
Transação com pagamento baseado em ações	-	(84)	-	-	-	-	(84)	-	(84)		
Ações em Tesouraria Adquiridas	-	(6.119)	-	-	-	-	(6.119)	-	(6.119)		
Transferência de reserva de lucros a realizar para reserva estatutária	-	-	-	-	-	(201.927)	201.927	-	-		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.873	-	-	2.873	(25)	2.848		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	357	-	-	357	-	357		
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	469.900	30	469.930		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Constituição da reserva legal	-	-	-	23.495	-	-	(23.495)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(111.660)	-	(111.660)		
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-	334.980	(334.980)	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.106.717	(1.472)	4.175	25.974	39.187	536.907	1.711.488	346	1.711.834		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.106.717	(1.472)	4.175	25.974	39.187	536.907	1.711.488	346	1.711.834		
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	-	(155)	-	-	-	155	-	-		
Transação com pagamento baseado em ações	-	1.269	-	-	-	-	1.269	-	1.269		
Ações em tesouraria adquiridas	-	(3.899)	-	-	-	-	(3.899)	-	(3.899)		
Aumento de capital (nota explicativa 20.a)	1.637	-	-	-	-	-	-	-	1.637		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.059)	-	-	(2.059)	(28)	(2.087)		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	50	-	-	50	-	50		
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	494.892	(9)	494.883		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Constituição da reserva legal	-	-	-	24.744	-	-	(24.744)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(208.391)	-	(208.391)		
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-	470.303	(470.303)	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108.354	(4.102)	4.020	23.965	63.931	798.819	1.994.987	309	1.995.296		

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Operação em continuidade	Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Receita líquida de vendas	21	2.817.679	2.536.936	-
Custo das vendas e revendas	22	(1.641.645)	(1.599.498)	-
Lucro bruto	-	1.176.034	937.438	-
Despesas com vendas	23	(486.315)	(384.695)	-
Reversão (provisão) para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	24	(155.252)	(14.539)	(7.331)
Despesas administrativas	25	(108)	50.233	9.643
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12b	7.864	5.298	492.883
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	473.848
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos	-	542.520	443.567	495.195
Receitas financeiras	-	86.204	125.916	6.641
Despesas financeiras	-	(90.979)	(84.618)	(6.015)
Despesas e receitas financeiras, líquidas	26	(4.775)	41.298	626
Resultado antes dos tributos sobre lucro	-	537.745	484.865	495.821
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9c	(42.862)	(14.935)	(929)
Lucro líquido do exercício	-	494.883	469.930	494.892
Resultado atribuível aos:	-	-	-	-
Acionistas controladores	-	494.892	469.900	494.892
Acionistas não controladores	-	(9)	30	-
Lucro líquido do exercício	-	494.883	469.930	494.892
Resultado por ação	-	-	-	-
Resultado por ação ordinária - básico	-	-	2.0180	1.9124
Resultado por ação ordinária - diluído	-	-	2.0051	1.9056
Quantidade de ações ao final do exercício	-	-	-	-
Ações ordinárias em circulação	-	-	245.237.428	245.710.968
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor	-	-	246.820.783	246.595.701

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Receitas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.170.099	2.907.754	3.801	1.435
Outras receitas e despesas	3.159.110	2.853.151	-	-
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	10.692	69.142	3.801	1.435
Insuamos adquiridos de terceiros	297	(14.539)	-	-
Materiais-primas consumidas	(1.411.069)	(1.381.023)	(5.716)	(4.697)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(635.383)	(642.830)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(402.192)	(417.712)	-	-
Perda/recuperação de valores ativos	(373.494)	(320.281)	(5.716)	(4.697)
Valor adicionado bruto	1.759.030	1.526.731	(1.915)	(3.262)
Retenções	(98.720)	(82.253)	-	-
Depreciação e amortização	(98.720)	(82.253)	-	-
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.660.310	1.444.478	(1.915)	(3.262)
Valor adicionado recebido em transferência	103.524	139.574	506.746	497.780
Resultado de equivalência patrimonial	7.864	5.298	492.883	473.849
Receitas financeiras	86.204	125.916	6.641	18.244
Outras	9.456	8.369	7.222	5.687
Valor adicionado total a distribuir	1.763.834	1.584.052	504.831	494.518
Distribuição do valor adicionado	1.763.834	1.584.052	504.831	494.518
Pessoal	746.271	653.192	1.023	706
Remuneração direta	490.881	438.395	-	-
Benefícios	87.191	81.741	-	-
FGTS	35.450	30.510	-	-
Comissões sobre vendas	114.390	87.282	-	-
Honorários da diretoria	18.359	15.264	1.023	706
Impostos, taxas e contribuições	432.372	378.225	2.918	2.096
Federais	414.553	323.075	2.624	1.808
Estaduais	17.063	54.427	-	-
Municipais	756	723	294	288
Remuneração de capitais de terceiros	90.308	82.705	5.998	21.815
Juros	86.350	79.117	5.998	21.815
Aluguéis	3.959	3.589	-	-
Outras	(1)	(1)	-	-
Remuneração de capitais próprios	494.883	469.930	494.892	469.900
Dividendos	208.391	-	208.391	-
Lucros retidos	286.501	469.900	286.501	469.900
Participações dos acionistas não controladores	(9)	30	-	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Resultado do exercício	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros resultados abrangentes - ORA	494.883	469.930	494.892	469.900

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada pela Companhia como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos fundos de investimentos em ações a VJORA que são mensurados pelo valor justo e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2024. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As empresas no exterior tem como moeda funcional o Dólar e foi realizada a conversão de balanços para a apresentação em real. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 3.1.e - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **• Nota explicativa 3.1.e - consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **• Nota explicativa 18 - Prazo de arrendamento:** se as controladas da Companhia têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 6 - Contas a receber:** mensuração da perda de crédito esperada para o recebimento; **• Nota explicativa 7 - Estoques:** reconhecimento de provisão para perdas com estoques sem movimentação; **• Nota explicativa 15 - Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros:** teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa 19 - Provisões:** reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.3 Mensuração do valor justo:** Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos líquidos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, incluindo preços em um único mercado identificável ou em um único mercado não observável. **• Nível 3:** inputs, para ativos e passivos, que não são observáveis para o ativo ou passivo, incluindo preços em um único mercado não observável. A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 28 - instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.**

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **3.1 Base de consolidação: a. Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuíam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional, atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer *ágio* que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **b. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle não exista. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **c. Participação de acionistas não controladores:** A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **d. Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício, outros resultados abrangentes da investida, a taxa em que influência significativa ou controle conjunto não existe. Não há dividendos ou outros resultados individuais da controladora, investimentos em coligadas, despesas e ativos são reconhecidos com o uso desse método. **f. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo *ágios* e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para a moeda de balanço e a data de balanço e o valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **3.5 Subvenção governamental:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como deduções da receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. **3.6 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem: **• Receita de juros;** **• Despesa de juros;** **• Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;** **• Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros.** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: **• Valor contábil bruto do ativo financeiro;** ou **• Ao custo amortizado do passivo financeiro.** No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.7 Impostos: a. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos nos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: **• Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.** As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor separado dos impostos a pagar ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua aplicação, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Diferido:** Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. **3.8 Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.9 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. O custo inclui materiais que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelas próprias controladas da Companhia inclui: **• O custo de materiais e mão de obra direta;** **• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;** **• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;** e **• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.** Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O software comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa 13. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. **3.10 Ativo intangível e *ágio*:** **(i) *Ágio*:** O *ágio* é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(v) Amortização:** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil. A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível. **3.11 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de cliente) tem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ativos financeiros a VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais**

quanto pela venda de ativos financeiros; e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a estrutura pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estabelecidas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. A Companhia considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;** **• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis;** **• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;** e **• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).** **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: • Ativos financeiros a VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **• Instrumentos de dívida a VJORA -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: **• Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;** ou **• Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:** **• Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;** ou **• A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.** A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.12 Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.13 Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas presumem que um ativo financeiro aumentou significativamente se esse: **• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);** ou **• O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **• Dificuldades financeiras significativas do devedor;** **• Inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;** **• Reestruturação de um valor devido a valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;** **• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou recuperação judicial;** ou **• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. (ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do *ágio*, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O *ágio* de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que não se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao *ágio* não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.14 Provisões:** As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflete, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. **3.15 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus perfis individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;** **• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;** **• Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;** e **• O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.** O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.16 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou o pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado primário ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.2(b)). Quando disponível a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **3.17 Novas normas aplicadas pela primeira vez em 2023 e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **• Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - alterações ao CPC 32/IAS 12;** **• IFRS 17 - Contratos de seguros;** **• Divulgação de políticas contábeis (alteração ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);** **• Definição de estimativas contábeis (alteração ao CPC 23/IAS 8).** As novas normas e as alterações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente	8.092	10.587	3	4
CDB pós-fixados (Invest Fácil)	20.679	10.803	42	21
CDB pós-fixados	328.401	172.519	978	35.136
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	3.848	3.288	-	-
	361.020	197.197	1.023	35.161

O saldo de conta corrente, é representado por depósitos bancários, sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, estão representadas por investimentos de curto prazo, possuem liquidez líquida, podendo ser resgatadas a qualquer momento, independente do seu vencimento, sem perdas de seus rendimentos. As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (Invest Fácil) são realizadas automaticamente, conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia e de suas controladas. A rentabilidade é de 5% a 10% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, em 31 de dezembro de 2023 (de 5% a 10% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2022). Os CDBs pós-fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados de 100,5% a 102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (de 101,0% a 102,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e possuem liquidez imediata. Vide nota explicativa 28 sobre a exposição de risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados	-	2.257	-	4
Fundos de investimentos - renda fixa	12.980	6.271	5	1
Fundo de investimento em ações	469	418	-	-
	13.449	8.946	5	5
Circulante	3	4	3	4
Não circulante	13.446	8.942	2	1

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, no valor de R\$ 12.980 (R\$ 6.271 em 31 de dezembro de 2022) remuneram 105% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (84% do CDI em 31 de dezembro de 2022), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB). Os fundos de investimentos em ações no valor de R\$ 469 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2022) são ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da B3, na data dessas demonstrações financeiras.

6 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber		



VULC
B3 LISTED NM



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
1 a 30 dias	240.862	250.939
31 a 60 dias	243.631	222.261
61 a 90 dias	175.488	179.538
Acima de 90 dias	169.830	115.494
	829.811	768.232
Vencidos		
1 a 30 dias	5.526	13.977
31 a 60 dias	1.785	682
61 a 90 dias	683	368
Acima de 90 dias	38.515	34.597
	46.509	49.624
	876.320	817.856

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera. Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno estão divulgados na nota explicativa 21. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 41.775 (R\$ 43.246 em 31 de dezembro de 2022) que decorre dos critérios descritos no item (c). **Cr. Critérios de mensuração das perdas com clientes (impairment):** A análise de concessão de crédito para os clientes é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia e de suas controladas, para o qual existe a exigência de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro. Além da análise individual de cada cliente em atraso, a Companhia e suas controladas fazem análise individual de cada cliente. Para clientes em situação de recuperação judicial (RJ), a Companhia tem política de provisionar para perda esperada o montante que pode variar de 20% a 40% do saldo em aberto para os clientes com perfil de reestruturação financeira e para os que não têm o mesmo perfil é aplicado 100% sobre o saldo em aberto. **d. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:** A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(43.246)	(35.074)
Complemento de provisão	(12.165)	(16.403)
Baixas	2.079	3.377
Recuperação de provisões	11.557	4.854
Saldo final	(41.775)	(43.246)

Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito das controladas da Companhia, a concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis é menor que 11%. De tal forma que, ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023, não houve alteração significativa na participação ou concentração nos principais clientes. A exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa 28.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	114.513	117.538
Mercadoria para revenda	234.296	165.895
Produtos em elaboração	55.128	54.372
Matérias-primas	109.087	135.236
Material de embalagem e armazenado	28.578	26.176
Mercadorias em trânsito	35.767	26.637
Importações em andamento	4.071	19.425
Outros	2.094	2.094
	583.534	567.831

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment): As controladas da Companhia, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias-primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas de produtos acabados e revendas é de R\$ 9.158 (R\$ 10.744 em 31 de dezembro de 2022), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 30.055 (R\$ 25.746 em 31 de dezembro de 2022) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 4.081 (R\$ 3.275 em 31 de dezembro de 2022). O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 1.196.907 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.226.908 em 31 de dezembro de 2022). **b. Movimentação da provisão (impairment):** A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(39.765)	(28.524)
Adições/reversões do exercício	(21.055)	(26.372)
Baixa	17.526	15.131
Saldo final	(43.294)	(39.765)

8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	10.899	4.315	20	20
IPI	2.048	1.175	-	-
PIS/COFINS	151.498	192.405	-	-
FINSOCIAL	2.475	2.385	1.920	1.831
Reintegra	453	610	-	-
Indêbitos tributários (a)	8.792	8.792	-	-
Outros	2.596	2.507	628	562
	178.671	212.189	2.558	2.413
Circulante	119.435	18.685	648	582
Não circulante	59.236	193.504	1.920	1.831

(a) Refere-se ao reconhecimento de indêbitos tributários - SELIC, decorrentes da não tributação da atualização monetária com base na variação da SELIC. As controladas da Companhia tem outros processos em diferentes instâncias, mas nenhum com características para ser contabilizado neste momento.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda - Antecipação:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda - antecipação	26.786	13.859	992	1.331
	26.786	13.859	992	1.331

b. Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias no exercício				
Reavaliação de imobilizado	(2.071)	(2.151)	-	-
Provisões	407	6.842	-	-
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	-	(6.501)	-	-
Controlada no exterior	879	322	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(785)	(3.488)		
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.286	13.591	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.071)	(17.079)	-	-

c. Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente: O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado na nota explicativa 9.d, a alíquota utilizada na apuração do imposto foi de 34%:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(45.504)	(15.851)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.642	916
	(42.862)	(14.935)

d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	537.745	484.865
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	182.833	164.854
Despesas não dedutíveis	3.763	4.620
Incentivos fiscais - estaduais (a)	(103.952)	(82.054)
Incentivo a inovação tecnológica	(10.902)	(10.190)
Incentivo de IRPJ	(40.419)	(30.973)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(36.433)	(15.179)
Diferenças temporárias	24.097	(9.425)
Receitas não tributáveis	-	(7.977)
Atualização de indêbitos tributários	(3.718)	(4.318)
Outros	27.593	5.577
	(139.971)	(149.919)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	42.862	14.935
Corrente	45.504	15.851
Diferido	(2.642)	(916)
Taxa efetiva (b)	7,97%	3,08%

(a) Vide descrição dos benefícios tributários na nota explicativa 30. (b) Taxa efetiva sobre o lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social. **e. Prejuízos fiscais a compensar:** A Companhia e suas controladas Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. Considerando a baixa expectativa de realização, a Companhia e suas controladas não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Running, Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2023	206.493	574.929	45.332	463.085
Base negativa de contribuição social em 31.12.2023	1.048.136	586.962	46.796	463.589
			11.560	39.270
				150.071
				2.346.384

	31/12/2022		31/12/2022	
	Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Running, Comércio e Indústria de Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2022	262.862	602.406	70.474	377.313
Base negativa de contribuição social em 31.12.2022	1.102.811	614.428	70.610	377.817
			5.115	39.268
				151.272
				2.361.321

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota explicativa 19), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais				
Cíveis	35	43	-	-
Trabalhistas	11.214	13.044	250	285
Tributários	16.598	9.332	-	123
Total	27.847	22.419	250	408

a. Trabalhistas (consolidado): Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade, danos morais e doença do trabalho. Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora online de parte dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução. **b. Cíveis (consolidado):** Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados. **c. Tributário (consolidado):** Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas no Brasil e Peru, além de transações de mútuos com controladas. Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP. **a. Controladora e controladora final:** A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A., sendo que a parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle. **b. Transações com controladora:** As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	Vulcabras CE	Vulcabras BA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Outras contas a receber partes relacionadas (**)	255.742	-	255.742	-
Passivo				
Mútuo com controladas (*)	-	-	-	109.889
			31/12/2023	31/12/2022

Resultado (641) (5.320) (5.961) (11.847)

(*) Os contratos de mútuos são corrigidos a 100% do CDI. A vigência dos contratos é de cinco anos, com vencimento final entre 2024 a 2026.

(**) Refere-se a redução de capital da controlada Vulcabras CE aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de setembro de 2023, no montante de R\$ 356.327, dos quais R\$ 100.585 já foram devolvidos. **c. Operações entre sociedades controladas: Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas:** A controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Running	Calçados Azaleia Peru	Vulcabras SP	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras BA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo							
Contas a receber	13.629	2.692	261.983	-	1.093	279.397	96.554
Outros créditos	264	-	1.468	88.461	3.473	93.666	8.793
Passivo							
Contas a pagar	-	-	32	96	24.192	24.320	1.395
Outros débitos	-	-	2.595	-	2.223	4.818	495
Resultado						31/12/2023	31/12/2022

Os saldos com partes relacionadas são eliminados para efeito de apresentação consolidada. A principal natureza das transações refere-se a operações de compra e venda de calçados e confecções. **d. Remuneração da administração:** Em 25 de abril de 2023, a Companhia, em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 19.009, a remuneração global anual dos Administradores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a Companhia pagou remuneração aos seus Administradores no montante de R\$ 18.359 (R\$ 15.264 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas apesar de contabilizarem provisões relacionadas com benefícios de longo prazo não pagaram às suas pessoas-chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações. Para detalhes do plano de stock options, vide nota explicativa 20.b. **e. Outras transações com partes relacionadas:** A Companhia através da sua controlada direta Vulcabras CE, possui transações de partes relacionadas com a Grendene S.A. assim representados:

	Calçados Azaleia Peru	Vulcabras CE	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Contas a receber	-	1.351	1.351	983
Grendene S.A.	-	-	-	-
Passivo				
Contas a pagar	1.535	-	1.535	946
Grendene S.A.	-	-	-	-
Resultado			31/12/2023	31/12/2022

(a) Contrato de licenciamento da marca "Azaleia" pela controlada Vulcabras CE, em favor da Grendene S.A. para comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia. Contrato celebrado pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos. Em contrapartida ao licenciamento, a Grendene S.A. realizou o pagamento mensal de royalties à Vulcabras CE. (b) Licenciamento, produção e comercialização de calçados esportivos da marca "Melissa", de titularidade da Grendene S.A. O contrato confere as controladas Vulcabras CE e Vulcabras BA o direito de comercialização no Brasil e, mediante aprovação prévia da Grendene S.A., em qualquer outro país pelo prazo de 2 anos podendo ser renovado por acordo entre as partes. Em contrapartida ao licenciamento, será devido o pagamento mensal de royalties à Grendene S.A.

(c) Contrato de licenciamento da marca "Azaleia" pela controlada Vulcabras CE, em favor da Grendene S.A. para comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia. Contrato celebrado pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos. Em contrapartida ao licenciamento, a Grendene S.A. realizou o pagamento mensal de royalties à Vulcabras CE. (b) Licenciamento, produção e comercialização de calçados esportivos da marca "Melissa", de titularidade da Grendene S.A. O contrato confere as controladas Vulcabras CE e Vulcabras BA o direito de comercialização no Brasil e, mediante aprovação prévia da Grendene S.A., em qualquer outro país pelo prazo de 2 anos podendo ser renovado por acordo entre as partes. Em contrapartida ao licenciamento, será devido o pagamento mensal de royalties à Grendene S.A.

(c) Contrato de licenciamento da marca "Azaleia" pela controlada Vulcabras CE, em favor da Grendene S.A. para comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia. Contrato celebrado pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos. Em contrapartida ao licenciamento, a Grendene S.A. realizou o pagamento mensal de royalties à Vulcabras CE. (b) Licenciamento, produção e comercialização de calçados esportivos da marca "Melissa", de titularidade da Grendene S.A. O contrato confere as controladas Vulcabras CE e Vulcabras BA o direito de comercialização no Brasil e, mediante aprovação prévia da Grendene S.A., em qualquer outro país pelo prazo de 2 anos podendo ser renovado por acordo entre as partes. Em contrapartida ao licenciamento, será devido o pagamento mensal de royalties à Grendene S.A.

(c) Contrato de licenciamento da marca "Azaleia" pela controlada Vulcabras CE, em favor da Grendene S.A. para comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia. Contrato celebrado pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos. Em contrapartida ao licenciamento, a Grendene S.A. realizou o pagamento mensal de royalties à Vulcabras CE. (b) Licenciamento, produção e comercialização de calçados esportivos da marca "Melissa", de titularidade da Grendene S.A. O contrato confere as controladas Vulcabras CE e Vulcabras BA o direito de comercialização no Brasil e, mediante aprovação prévia da Grendene S.A., em qualquer outro país pelo prazo de 2 anos podendo ser renovado por acordo entre as



VULC
B3 LISTED NM



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

c. Movimentação da depreciação:

	Consolidado					
	01/01/2022		31/12/2022		31/12/2023	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Ajuste de conversão final	Saldo final	Saldo final
Em 31 de dezembro de 2023						
Edificações	(91.221)	(3.824)	—	157	(94.888)	(4.384)
Máquinas e equipamentos	(279.326)	(20.023)	18.881	—	(280.468)	(25.233)
Moldes	(262.565)	(29.317)	21.972	—	(269.910)	(36.698)
Móveis e utensílios	(27.285)	(2.164)	3.324	262	(25.863)	(2.700)
Veículos	(1.953)	(108)	96	25	(1.940)	(134)
Equipamentos de computação	(25.000)	(2.741)	58	209	(27.474)	(3.415)
Instalações	(71.758)	(9.860)	3	—	(81.615)	(11.713)
Benfeitorias em bens de terceiros	(603)	(946)	—	—	(1.549)	(987)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(996)	(675)	—	—	(1.671)	—
Outros	(27)	(1)	3	—	(25)	(1)
	(760.734)	(69.659)	44.337	653	(785.403)	(85.265)
					38.764	799
						(831.105)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato. Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manter os principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil. A Companhia não identificou indicadores de perda por redução no valor recuperável do seu ativo imobilizado.

14 Intangível

a. Composição da conta:

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Prazo de vida útil	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização
Em 31 de dezembro de 2023						
Vida útil definida						
Software	5 anos	45.254	(38.944)	6.310	43.899	(36.626)
Cessão de direito	Prazo contratual	162	(102)	60	533	(456)
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes		2.068	—	2.068	2.068	—
Fundo de comércio		1.464	—	1.464	1.464	—
Ágio		198.214	—	198.214	198.214	—
		247.162	(39.046)	208.116	246.178	(37.082)
						209.096

A amortização dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2023						
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	43.899	1.695	(180)	(160)
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	533	—	(329)	(42)
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes			2.068	—	—	—
Fundo de comércio			1.464	—	—	—
Ágio			198.214	—	—	—
			246.178	1.695	(509)	(202)
						247.162

A amortização dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2023						
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	43.899	1.695	(180)	(160)
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	533	—	(329)	(42)
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes			2.068	—	—	—
Fundo de comércio			1.464	—	—	—
Ágio			198.214	—	—	—
			246.178	1.695	(509)	(202)
						247.162

c. Movimentação da amortização:

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2023						
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	(36.626)	(2.574)	180	76
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(456)	(11)	329	36
			(37.082)	(2.585)	509	112
						(39.046)

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Em 31 de dezembro de 2022						
Vida útil definida						
Software	5 anos	Linear	(34.289)	(2.394)	—	57
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(453)	(28)	—	25
			(34.742)	(2.422)	—	82
						(37.082)

d. Ágio na combinação de negócio: Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, apresentados na controlada Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas em 2009, não são amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme nota explicativa 15.

15 Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros

a. Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração. Nenhum indicio de perda foi identificado que levasse a redução do valor recuperável em 31 de dezembro de 2023.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado. O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa. **c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Para fins de teste de perda por redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis não há possibilidade de separar uma UGC (Unidade Geradora de Caixa) e apontá-la como a geradora de caixa exclusiva em função da compra da Azaleia, desde a aquisição, as operações das duas companhias se fundiram e se tornou impossível distinguir quais são as receitas geradas em virtude dos ativos exclusivos adquiridos na compra da Azaleia. Desta forma, considera-se a Companhia e suas controladas como uma única unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (16,07% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas: **Receitas:** O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 6,53% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (7,99% a.a. em 31 de dezembro de 2022) entre os exercícios de 2024 e 2028. **Custo:** O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas das Companhias. Após a definição da projeção de vendas foi definida a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido. Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos. **Despesas:** As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta. As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos. **Lucro líquido e geração de caixa livre:** O Lucro líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 9,05% a.a. (10,96% a.a. em 31 de dezembro de 2022) entre os exercícios de 2024 a 2028. A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero. O valor em uso foi aplicado considerando R\$ 5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022), portanto, significativamente superior ao valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis.

16 Fornecedores

a. Composição da conta:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Fornecedores			
Nacionais	62.673	64.559	2.631	368
Internacionais	21.106	40.366	—	—
	83.779	104.925	2.631	368

b. Por vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	A vencer	
1 a 30 dias	64.804	77.442
31 a 60 dias	15.100	22.822
61 a 90 dias	2.554	3.542
Acima de 90 dias	1.288	270
	83.746	104.076

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Vencidos	
1 a 30 dias	30	845
31 a 60 dias	—	—
61 a 90 dias	—	1
Acima de 90 dias	3	3
	33	849
	83.779	104.925

Dada a característica dos produtos e a cadeia de suprimentos da Companhia e suas controladas, é constatada a ampla oferta de matéria-prima, suprimentos e fornecedores, de tal forma que a Companhia e suas controladas não apresentam concentração da carteira de fornecedores. Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia e suas controladas realizaram estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 39 dias em 31 de dezembro de 2023 (39 dias em 31 de dezembro de 2022), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

17 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta:

	Consolidado			
	Taxa de juros 2023		Taxa de juros 2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional				
Ativo fixo	IPCA + 2,04% a 4,98% a.a./ Taxa Fixa 10,22% a.a.	IPCA + 2,04% a.a./Taxa Fixa 10,22% a.a.	68.562	68.929
Incentivo fiscal	TJLP	TJLP	4.189	3.145
Capital de Giro	CDI + 0,60% a 1,80% a.a./ TLP + 1,90% a.a./ IPCA + 2,07% a.a./ CDI + 1,28% a 1,70% a.a./ Taxa Fixa 12,61% a.a.	TLP + 1,90% a.a./Taxa Fixa 11,44% a.a.	363.475	341.178
			436.226	413.252
Moeda estrangeira				
Capital de Giro	Taxa Fixa 9,75% a 9,90% a.a.	Taxa Fixa 1,18% a 6,09% a.a.	1.524	3.796
			1.524	3.796
			437.750	417.048
Total dos empréstimos e financiamentos			234.497	283.638
Não circulante			203.253	133.410

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as parcelas relativas ao saldo de empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Circulante	234.497	53%	283.638	68%	234.497	53%	283.638
2023	—	—	283.638	68%	—	—	283.638	68%
2024	234.497	53%	94.257	22%	169.187	39%	17.141	4%
2025	15.062	3%	11.466	2%	4.703	1%	2.751	1%
2026	4.703	1%	2.751	1%	4.703	1%	2.751	1%
2027	4.703	1%	2.751	1%	4.703	1%	2.751	1%
2028	4.244	1%	2.293	1%	4.244	1%	2.293	1%
2030	651	1%	—	—	651	1%	—	—
Não circulante	203.253	46%	133.410	32%	437.750	100%	417.048	100%

b. Avals e garantias: Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, aplicações financeiras de longo prazo, garantia fidejussória e aval de empresa controladora, hipoteca das plantas de Horizonte-CE e Itapelinga-BA e alienação de máquinas e equipamentos adquiridos com o financiamento. **c. Cláusulas restritivas:** Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados e objetivos alcançados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas cláusulas são controladas e foram plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. Não existem cláusulas restritivas para empréstimos de capital de giro.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Passivo				
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamentos	Dividendos e lucros a pagar	Ações em tesouraria	Capital social
Saldo em 1º de janeiro de 2023	417.048	20.568	20.734	(6.119)	1.106.717
Varição fluxo de caixa de financiamento					
Empréstimos tomados - Principal	333.995	—	—	—	333.995
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	—	(12.407)	—	—	(12.407)
Aumento de capital	—	—	—	—	1.637
Realização do gasto com emissão de ações	—	—	—	—	1.637
Aquisição de ações em tesouraria	—	—	—	(3.899)	(3.899)
Dividendos pagos	—	—	(229.110)	—	(229.110)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(312.490)	—	—	—	(312.490)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	21.505	(12.407)	(229.110)	(3.899)	1.637
Outras variações relacionadas com passivos					
Juros pagos	(51.879)	(1.934)	—	—	(53.813)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	208.391	—	208.391
Adições de Proade (sem efeito caixa)	1.602	—	—	—	1.602
Adições/ajustes de contratos	—	5.247	—	—	5.247
Juros provisionados	—	4.202			



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

IPCA desde a data da outorga até à data do efetivo exercício da Opção. (2) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 04 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 19 (dezenove). (3) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 970.000 (novecentos e setenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 855.000 (oitocentos e cinquenta e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de *Black-Scholes*, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2022:** **Aprovação do plano:** Em 03 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 5º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 8,89 (oito reais e nove centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Características do plano:**

5º plano de outorga de opções - 2022

Data da outorga	03/mar/2022	5ª outorga
Quantidade de opções outorgadas	980.000(3)	
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos	
Vencimento para o exercício	31/mar/2026	
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2026	
Preço de exercício	R\$ 8,89 (1)	
Beneficiários (colaboradores)	23 (2)	

(1) O preço de exercício é fixado em R\$ 8,89 (oito reais e nove centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. (2) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 03 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 20 (vinte). (3) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 980.000 (novecentos e oitenta mil) opções, porém com a saída de beneficiários no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 895.000 (oitocentos e noventa e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de *Black-Scholes*, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Plano de outorga de opção de ações aprovado em 2023:** **Aprovação do plano:** Em 02 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou o 6º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 1.571.000 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Características do plano:**

6º plano de outorga de opções - 2023

Data da outorga	02/mar/2023	6ª outorga
Quantidade de opções outorgadas	1.575.000 (3)	
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos	
Vencimento para o exercício	31/mar/2026	
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2027	
Preço de exercício	R\$ 11,40 (1)	
Beneficiários (colaboradores)	23 (2)	

(1) O preço de exercício é fixado em R\$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção. (2) O número inicial de participantes na aprovação do plano foi de 23 (vinte e três) executivos, porém com a saída de 01 desses beneficiários o número atual de participantes com direito de exercer a compra das opções é de 22 (vinte e dois). (3) O número inicial de opções outorgadas na aprovação do plano foi de 1.575.000 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil) opções, porém com a saída de beneficiário no decorrer do período de vigência, o número atual de opções que podem ser exercidas passou a ser de 1.535.000 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil) opções. **Beneficiários:** Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Método de precificação:** O método utilizado para precificação das opções é o modelo de *Black-Scholes*, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco. **Despesa do plano de opções:** Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações dos resultados, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2023, estão descritos a seguir (apresentado em reais):

Plano	Preço de exercício	Data da outorga	Despesa acumulada 31/12/2023 - R\$	Despesa acumulada 31/12/2022 - R\$
Plano - 2019 (a)	R\$ 7,96	05/mar/2019	1.665	1.558
Plano - 2020	R\$ 8,57	10/ago/2020	1.665	1.530
Plano - 2021	R\$ 8,06	11/mar/2021	1.539	961
Plano - 2022	R\$ 8,89	03/mar/2022	1.484	598
Plano - 2023	R\$ 11,40	02/mar/2023	1.228	-
Total			5.916	4.647

(a) A despesa acumulada até 31 de março de 2023, no valor de R\$ 1.558, foi revertida no 1º trimestre de 2023, em decorrência da expiração do prazo máximo para exercício do referido plano. **(ii) Ações em tesouraria:** Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, sem valor nominal. O programa de recompra de ações tem por objetivo (i) gerar valor para os acionistas através da administração eficiente da estrutura de capital da Companhia; (ii) maximização na geração de valor para os acionistas, quando, na visão da administração da Companhia, o valor atual das ações no mercado, estiverem muito abaixo do valor real dos seus ativos quanto a sua perspectiva de rentabilidade e geração de resultados; (iii) honrar compromissos da Companhia em programas de remuneração baseado em ações; (iv) utilizar as ações da Companhia para quitação de parcela de preço em operações societárias ou; (v) manutenção em tesouraria; ou (vi) alienação pública ou privada, conforme regulamentação aplicável. O número máximo de ações a serem adquiridas pela Companhia será de até 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias. O programa de recompra de ações tem prazo de encerramento em 31 de março de 2025. Apresentamos na tabela abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Controladora		
	Quantidade	Valor	Preço médio
Aquisição de ações em 2022	491.600	6.119	12,4463
Saldo em 31/12/2022	491.600	6.119	12,4463
Aquisição de ações em 2023	274.644	3.899	14,1982
Saldo em 31/12/2023	766.244	10.018	13,0742

c. Reserva de reavaliação: Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 4.020 (R\$ 4.175 em 31 de dezembro de 2022). A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros (prejuízos) acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização. **d. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 23.965 (R\$ 25.974 em 31 de dezembro de 2022). **e. Reserva de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal destinada em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 24.744, com base em 5% do lucro líquido do exercício, findando o saldo em R\$ 63.931 (R\$ 39.187 em 31 de dezembro de 2022). **(ii) Reserva Estatutária:** A reserva estatutária para elevação de novos investimentos, foi constituída nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é de R\$ 798.819 (R\$ 536.907 em 31 de dezembro de 2022). **f. Dividendos:** A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Em 14 de abril de 2023, foi realizado o pagamento de dividendos, no valor de R\$ 20.729, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. Em 06 de junho de 2023, foi realizado o pagamento de dividendos, no valor de R\$ 36.785, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 02 de maio de 2023. Em 14 de setembro de 2023, foi realizado o pagamento de dividendos, no valor de R\$ 36.773, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de agosto de 2023. Em 24 de novembro de 2023, foram realizados os pagamentos de dividendos nos valores de R\$ 98.060 e R\$ 36.773, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de outubro e 31 de outubro de 2023, respectivamente. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	494.892
(-) Reserva legal - 5%	(24.744)
(+) Realização da reserva de reavaliação	153
Base de cálculo	470.303
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	117.576
Dividendos adicionais - 19,31%	90.815
Saldo disponível para distribuição relativo ao exercício de 2023	208.391

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia declarou dividendos, no valor de R\$ 208.391 (R\$ 111.660 em 31 de dezembro de 2022), a serem pagos com o saldo de reservas de lucros estatutárias, os quais serão imputados e deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício corrente. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de dividendos a pagar relacionado a esses valores é de R\$ 15 (R\$ 20.734 em 31 de dezembro de 2022).

21 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	3.094.911	2.694.893
Mercado externo	168.111	232.110
Serviços prestados	4.718	4.868
	3.267.740	2.931.871
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(652.139)	(561.724)
Incentivos fiscais - ICMS (nota explicativa 30)	305.990	241.425
Desenvolvimentos e abatimentos	(103.912)	(74.636)
	(450.061)	(394.935)
Receita operacional líquida	2.817.679	2.536.936

22 Custo das vendas e revendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custos das vendas		
Matéria prima	(626.740)	(647.216)
Mão de obra	(315.187)	(322.771)
Custo indiretos	(254.980)	(256.921)
Revendas	(444.738)	(372.590)
Total custo das vendas e revendas	(1.641.645)	(1.599.498)

23 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Comissões	(112.255)	(87.282)
Fretes	(109.192)	(89.707)
Propaganda	(126.995)	(95.690)
Propaganda - Despesas com pessoal	(5.898)	(4.720)
Propaganda - Outros gastos	(4.137)	(2.693)
Royalties	(52.865)	(40.470)
Gastos com pessoal	(55.390)	(50.688)
Outros gastos	(17.583)	(13.445)
	(486.315)	(384.695)
Perdas por redução ao valor recuperável	297	(14.539)
Total de despesas com vendas	(486.018)	(399.234)

24 Despesas administrativas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal	(70.048)	(59.326)
Serviços de terceiros	(27.846)	(40.683)
Aluguéis	(4.652)	(3.639)
Viagens e estadias	(1.258)	(1.042)
Segurança	(1.670)	(1.539)
Litígios e impostos	(1.836)	(2.140)
Informática e telecomunicações	(18.758)	(14.044)
Energia elétrica, água e esgoto	(989)	(958)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(3.799)	(3.456)
Depreciação e amortização	(16.823)	(16.149)
Outros	(7.573)	(7.192)
	(155.252)	(150.168)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais				
Receita de aluguel	7.405	5.706	7.222	5.686
Venda de sucata	1.890	1.559	-	-
Receita na venda de ativo fixo	2.635	53.352	-	-
Crédito extemporâneo de PIS/COFINS - exclusão do ICMS	-	8.792	-	-
Indêbitos tributários - SELIC (nota explicativa 8)	-	6.740	-	-
Outros	6.740	6.354	2.473	-
Total outras receitas operacionais	18.845	78.328	9.695	5.686
Outras despesas operacionais				
Provisões para contingências	(5.048)	(3.432)	(47)	(563)
Despesa na venda de ativo fixo	(5.321)	(3.754)	-	-
Outros	(8.584)	(20.909)	(5)	(73)
Total outras despesas operacionais	(18.953)	(28.095)	(52)	(636)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(108)	50.233	9.643	5.050

26 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Estrutura de capital	42.552	20.977	1.834	3.252
Receita de aplicações	-	18	-	-
Outros	-	-	-	-
Subtotal	42.552	20.995	1.834	3.252
Operacionais				
Juros	6.436	5.012	263	9.992
Descontos obtidos	1.397	1.671	-	-
Atualização de crédito extemporâneo (nota explicativa 8)	11.062	72.799	-	-
Outros	4.551	5.226	4.544	5.000
Subtotal	23.446	84.708	4.807	14.992
Variações cambiais				
Outros	20.206	20.213	-	-
Subtotal	86.204	125.916	6.641	18.244
Despesas financeiras				
Estrutura de capital	(52.977)	(43.722)	(5.965)	(21.805)
Juros	(467)	(443)	(17)	(6)
Outros	(3.421)	(4.040)	(29)	-
Subtotal	(56.865)	(48.205)	(6.011)	(21.811)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(2.839)	(4.639)	(4)	(3)
Taxa/comissão venda cartão	(244)	(202)	-	-
Descontos concedidos	(1.459)	(2.164)	-	-
Outras tarifas	(6.405)	(5.117)	-	(7)
Subtotal	(10.947)	(12.122)	(4)	(10)
Variações cambiais	(23.167)	(24.291)	-	-
Total despesas financeiras	(90.979)	(84.181)	(6.015)	(21.821)
Resultado financeiro	(4.775)	41.298	626	(9.577)

27 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 4.070.000 (quatro milhões e setenta mil) potenciais ações. Do montante total, 785.000 (setecentos e oitenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 10 de agosto de 2020, 855.000 (oitocentos e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a quarta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 11 de maio de 2021, 895.000 (oitocentos e noventa e cinco mil) potenciais ações são referentes a quinta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 02 de maio de 2023, 1.535.000 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil) potenciais ações são referentes a sexta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 02 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 3.220.000 (três milhões e duzentos e vinte mil) potenciais ações. Do montante total, 685.000 (seiscentos e oitenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, 785.000 (setecentos e oitenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 10 de agosto de 2020, 855.000 (oitocentos e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a quarta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 11 de maio de 2021 e, 895.000 (oitocentos e noventa e cinco mil) potenciais ações são referentes a quinta outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 03 de maio de 2022. O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado atribuído aos acionistas	494.892	469.900
Média ponderada básica das ações em circulação durante o exercício	245.237.428	245.710.968
Média ponderada diluída das ações em circulação durante o exercício	246.820.783	246.595.701
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	2,0180	1,9124
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	2,0051	1,9056

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, mútuos com partes relacionadas, passivo de arrendamento e financiamentos e empréstimos. **Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros através do monitoramento das posições financeiras dos ativos e passivos, controlando os limites de exposição. A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros; • Risco de liquidez. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Consolidado			
		Saldo contábil 31/12/2023	Valor justo 31/12/2023	Saldo contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	361.020	361.020	197.197	197.197
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.980	12.980	8.528	8.528
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	469	469	418	418
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	834.545	834.545	774.610	774.610
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	41.267	41.267	28.008	28.008
Financiamentos e empréstimos:					
Em moeda nacional	Custo amortizado	436.226	491.226	413.252	462.556
Em moeda estrangeira	Custo amortizado	1.524	1.551	3.796	3.835
Fornecedores	Custo amortizado	83.779	83.779	104.925	104.925
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	18.448	18.448

Descrição	Classificação	Controladora			
		Saldo contábil 31/12/2023	Valor justo 31/12/2023	Saldo contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	1.023	1.023	35.161	35.161
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	5	5	5
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	5.154	5.154	7.114	7.114
Fornecedores	Custo amortizado	2.631	2.631	368	368
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	109.889	109.889

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2023 Nível 1	31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 1	31/12/2022 Nível 2	31/12/2023 Nível 1	31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 1	31/12/2022 Nível 2
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
CDB pós-fixados	-	-	2.257	-	3	-	-	4
Fundo de investimento	-	12.980	6.271	-	2	-	-	1
Fundo de investimento em ações	469	-	418	-	-	-	-	-

• **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). (vi) **Críticas, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos (fair value):** Aplicações financeiras: Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2023 (ver nota explicativa 5). **Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável foram constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **Empréstimos e financiamentos:** O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2023 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas. O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. **Fornecedores:** Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia e suas controladas, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial. **Limitações:** O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. (vii) **Gestão do capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital estruturada, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos e empréstimos	(437.750)	(417.048)	(437.750)	(417.048)
Passivo de arrendamentos	(15.295)	(20.568)	(15.295)	(20.568)
Caixa e equivalentes de caixa	361.020	197.197	361.020	197.197
Aplicações financeiras	13.449	8.946	13.449	8.946
Dívida líquida	(78.576)	(231.473)	(78.576)	(231.473)
Patrimônio líquido	1.995.296	1.711.834	1.995.296	1.711.834

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2023 são resumidos a seguir:

Objeto	Seguros corporativos		Risco coberto	Valor de cobertura - R\$
	31/12/2023	31/12/2022		
Patrimonial	-	-	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000
Lucros cessantes	-	-	Despesas fixas (Pl. 3 meses)	60.000
D&O	-	-	Responsabilidade civil geral de administradores	30.000
RC Geral	-	-	Responsabilidade civil geral	10.000
Veículos leves e pesados	-	-	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	27.750
Transporte internacional - Importação	-	-	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria-prima	7.262
Total dos seguros corporativos				330.012

30 Subvenções e assistência governamental

a. **Incentivos federais:** • **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia. b. **Incentivos estaduais: (i) Ceará:** *Para calçados:* • **PROADE** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data-base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP. • **Para confecções:** • **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data-base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP. *Incentivos adicionais:* Tem como adicional ao PROADE calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital. • **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS devido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária. *Incentivos adicionais:* Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo. (ii) **Bahia:** • **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS. *Incentivos adicionais:* Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital. (iii) **Minas Gerais:** • **Regime Especial** - Para operação da Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda. (Filial Extrema-MG), teremos o e-PTA-RE Nº: 45.00024131-24, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial com protocolo de intenções simplificado prevendo diferimentos, crédito presumido e TTS/ CORREDOR DE IMPORTAÇÃO, que consiste no diferimento do pagamento do ICMS nas importações com fim específico de comercialização; no diferimento parcial, resultando em destaque de 4% (quatro por cento), para produtos importados e 12% para produtos nacionais do ICMS devido nas vendas internas destinadas a contribuintes beneficiários de regime especial; no crédito presumido para que a alíquota efetiva seja de 3% nas operações internas e interestaduais com produtos nacionais e no crédito presumido de 2,5% nas operações interestaduais com produtos importados ou 4% nas operações internas com produtos importados, por prazo indeterminado. • **Regime Especial** - Para operação da Vulcabras SP (Filial Extrema-MG), teremos o e-PTA-RE Nº: 45.000024132-05, que trata da seguinte forma o incentivo Regime Especial: TTS/E-COMMERCE NÃO VINCULADO, que consiste na adoção de procedimentos para a atribuição da responsabilidade pela retenção e pagamento do ICMS devido a título de substituição tributária, à concessão de diferimento de ICMS na importação e à adoção de sistema simplificado de escrituração e apuração do imposto, nas operações contratadas no âmbito do comércio eletrônico ou de telemarketing destinadas a consumidor final com crédito presumido de ICMS nas

operações internas de 12% para produtos nacionais e 4% para produtos importados e de 1,3% de alíquota efetiva nas vendas interestaduais, por prazo indeterminado. c. **Incentivos adicionais:** TTS/ATACADISTAS e TTS/E-COMMERCE contempla também diferimento do pagamento do ICMS incidente sobre a entrada de mercadorias com fim específico de comercialização, em decorrência de importação direta do exterior, para as operações subsequentes praticadas pela Vulcabras.

Controlada		Demonstrativo das Subvenções governamentais	
		Incentivo estadual	% Prazo de vencimento
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.		Proade Calçados	99% Ago/2031
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.		Provin Confecções	75% Jun/2022(*)
Vulcabras BA, Calç. e Art. Esp. S.A.		Probahia	99% Jul/2027
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.		PCDM	75% Dez/2027
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.		TTS/ATACADISTAS	Variável Indeterminado
Vulcabras SP Comércio de Art. Esp. Ltda		TTS/E-COMMERCE	Variável Indeterminado
(*) A Vulcabras CE submeteu pleito ao Estado do Ceará de prorrogação de benefício por mais 10 anos.			

Controlada		Demonstrativo das subvenções governamentais	
		Incentivo federal	% Prazo de vencimento
Vulcabras CE, Calç. e Art. Esp. S.A.		Redução IRPJ	75% Dez/2032(*)
Vulcabras BA Calç. e Art. Esp. S.A.		Redução IRPJ	75% Dez/2032(**)
(*) Em 10 de outubro de 2023, a Vulcabras CE recebeu o deferimento do despacho decisório do pedido de renovação do direito a redução do IRPJ por mais 10 anos. (**) Em 08 de dezembro de 2023, a Vulcabras BA recebeu o deferimento do despacho decisório do pedido de renovação do direito a redução do IRPJ por mais 10 anos.			

d. **Consolidado:** Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS		Resultado da equivalência patrimonial na controladora			
Montante do incentivo no consolidado	% participação	31/12/2023		31/12/2022	
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99%	160.546	160.530	126.378	
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	100,00%	19.544	19.544	18.676	
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	99,75%	99.755	99.755	84.361	
Vulcabras SP Comércio de Art. Esp. Ltda.	100,00%	25.896	25.896	11.833	
		305.741	305.725	241.248	

Reintegra		Resultado da equivalência patrimonial na controladora			
Montante do incentivo no consolidado	% participação	31/12/2023		31/12/2022	
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	68	68	68	89	
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	43	43	43	73	
		111	111	162	

IRPJ		Resultado da equivalência patrimonial na controladora			
Montante do incentivo no consolidado	% participação	31/12/2023		31/12/2022	
Vulcabras CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	28.964	99,99%	28.961	27.229	
Vulcabras BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	11.455	100,00%	11.455	3.744	
	40.419		40.416	30.973	

31 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas líquidas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior. O Grupo atua no segmento de produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo. Embora os calçados sejam destinados para atender aos diversos públicos e classes sociais, os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes, estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	2.372.590	2.098.542
Outros calçados e outros	194.551	202.013
Confecções	250.538	236.381
	2.817.679	2.536.936
Mercado interno	2.651.323	2.308.963
Mercado externo	166.356	227.973
	2.817.679	2.536.936

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de		
Brasil	797.546	908.166
Outros países	16.980	19.483
Total	814.526	927.649

32 Eventos subsequentes

Aprovação de distribuição de dividendos intermediários: Em 22 de janeiro de 2024, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários, apurados nos termos da legislação vigente, com base no saldo da reserva de lucros estatutária mantida pela Companhia para efetivação de novos investimentos, conforme apurado no balanço anual referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, denominada "Reserva Estatutária", no valor bruto de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia, o que corresponde ao valor bruto total de R\$ 367.725 (trezentos e sessenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais). a) O valor bruto de R\$ 1,00 (um real) por ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia, o que corresponde ao valor bruto total de R\$ 245.150 (duzentos e quarenta e cinco milhões e cento e cinquenta mil reais), foram pagos em 08 de fevereiro de 2024; e b) O valor bruto de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia, o que corresponde ao valor bruto total de R\$ 122.575 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais), serão pagos em 17 de abril de 2024. Fizeram jus ao recebimento dos dividendos intermediários os acionistas da Companhia no final do pregão na data-base de 25 de janeiro de 2024. O montante total bruto dos dividendos intermediários será imputado e deduzirá o valor dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024 e não será objeto de qualquer atualização monetária. O valor bruto total dos dividendos intermediários poderá ser ajustado em razão do programa de recompra de ações da Companhia. **Oferta pública de ações:** Em 28 de janeiro de 2024, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada nos termos do artigo 6º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a realização da Oferta, a qual terá as seguintes características e condições: a) A Oferta consistirá em distribuição pública, compreendendo, inicialmente, a distribuição primária de 13.550 (Treze Milhões, Quinhentas e Cinquenta Mil) novas Ações, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do BTG Pactual Investment Banking Ltda. ("Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Santander, "Coordenadores da Oferta", nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Vulcabras S.A." a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Colocação"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, em conformidade com os procedimentos da Resolução CVM 160, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente vigente e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); b) Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação privada das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo Santander US Capital Markets LLC e pela XP Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"); c) Nos termos do artigo 50, parágrafo 4º, da Resolução CVM 160, até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 100% (cem por cento), ou seja, em até 13.550.000 (Treze Milhões, Quinhentas e Cinquenta Mil) Ações, nas mesmas condições e preço mesmo das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado ("Ações Adicionais"); d) O público alvo da Oferta, no Brasil, consistirá exclusivamente nos Acionistas e em investidores profissionais, conforme definidos pelo artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e que, adicionalmente, venham a atestar por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio ("Investidores Institucionais Locais"), bem como em Investidores Estrangeiros (conforme definido no fato relevante da Oferta, sendo 3 Investidores Institucionais Locais em conjunto com Investidores Estrangeiros, os "Investidores Profissionais"); e) O preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, que será realizado junto a Investidores Institucionais Locais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do "Placement Agent Agreement" ("Procedimento de Bookbuilding"), e será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 na data de fixação do Preço por Ação; e (ii) o resultado do Procedimento de Bookbuilding, com base nas indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Profissionais; f) Não será admitida a negociação ou cessão, total ou parcial, do Direito de Prioridade a quaisquer terceiros, incluindo entre os próprios Acionistas; g) Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta; h) A Companhia pretende utilizar a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Oferta para pagamento de dividendos declarados pela Companhia e para fortalecimento da sua posição de caixa para os novos negócios; e i) As demais características da Oferta constarão de divulgação ao mercado a ser realizada oportunamente pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Pedro Grendene Bartelle Presidente		
André de Camargo Bartelle 1º Vice-Presidente	Pedro Bartelle 2º Vice-Presidente	Paulo Sérgio da Silva Conselheiro Independente	Rafael Ferraz Dias de Moraes Conselheiro Independente

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

	Pedro Bartelle Presidente		
Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças	Rafael Carqueijo Gouveia Diretor Superintendente	Rodrigo Miceli Plazer Diretor de Supply Chain	Evandro Saluar Kollet Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia
			Márcio Kremer Callage Diretor de Marketing
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
Wagner Dantas da Silva			
RESPONSÁVEL TÉCNICO			
Manoel Damião da Silveira Neto Contador CRC 1R.052266/O-2 "S"-SP			

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, a Diretoria da Vulcabras S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

Pedro Bartelle Diretor	Wagner Dantas da Silva Diretor Administrativo e de Finanças e de Relações com Investidores
----------------------------------	--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, a Diretoria da Vulcabras S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas, elaborado pela Ernest & Young Auditores Independentes SS.



VULC
B3 LISTED NM



← continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 07 de março de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O
Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC SP-171230/O

www.vulcabrasri.com

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/03/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/08/VULCABRAS1574771608032024.pdf>
Hash: 1709834882baaf64e8aa7d4d5da98a51a0ac05c1e7